



# Anais da Assembleia

Nº 124

CURITIBA, 13 DE OUTUBRO DE 1975

ANO I

## 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

### ATA DA 184ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 13 DE OUTUBRO DE 1975

#### SEGUNDA — FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Fabiano Braga Côrtes e Ernesto Gnoato.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Aguinaldo Pereira Lima, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Darios, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Basílio Zanussi, Dácio Leonel, Domício Scaramella, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Ivan Rüppel, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Lineu Turra, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Quielse Crisóstomo, Lúcio Machado, Trajano Bastos, Waldenício Barbalho e Werner Wanderer (34); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Del Ciel, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Aragão de Mattos Leão, David Federmann, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Ezequias Losso, Fuad Nacli, Hélio Manfrinato, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Luiz Alberto Oliveira, Nilso Sguarezi, Otássio Pereira, Rosário Pitelli, Valter Pietrângelo e Wilson Fortes. (20).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a sessão.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. MUGGIATI FILHO — (Pela Ordem)

Sr. Presidente, requero a chamada nominal dos Srs. Deputados para verificação de número legal para prosseguimento da sessão.

O SR. PRESIDENTE — O Sr. 1º Secretário procederá a chamada nominal, requerida pelo Sr. Deputado Muggiati Filho.

(É feita a chamada nominal.)

Responderam a chamada nominal 21 Srs. Deputados, há quorum para prosseguimento da sessão.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

#### EXPEDIENTE:—

#### REQUERIMENTOS:

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, na forma regimental, após ouvir o douto plenário, requer um voto de louvor ao Cardeal Arcebispo de Porto Alegre, D. Vicente Scherer, pela coragem de se pronunciar a Loteca e Zooteca. D. Vicente Scherer criticou a repreensão policial aos jogos de azar, classificando-o de inoperante. O vício não se regulamenta, se pune e reprime. Onde está nossa autoridade para reprimir o jogo? Será que tem autoridade, neste setor? Ou será que compatua com os bicheiros? Faço esta pergunta.

Sala das Sessões, em 13 de outubro de 1975.

a) ERNESTO GNOATO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o plenário, requer seja inserido na ata dos trabalhos de hoje, voto de louvor ao jornal "GAZETA DO POVO", pelas constantes preocupações de melhorias implantadas neste órgão de imprensa.

#### JUSTIFICATIVA:—

Sentimo-nos na obrigação de louvar a direção da "Gazeta do Povo", pela constante preocupação na implantação de melhorias, procurando oferecer ao leitor a melhor qualidade em termos de jornal. Com impressão em offset, em cores que permitem a leitura ótica dos textos redacionais, como passo significativo na modernização da imprensa paranaense e mais uma conquista pioneira deste matutino, enriquecendo o parque gráfico do País.

Outrossim, requer, seja dado ciência da decisão do plenário à direção e funcionários deste conceituado órgão de imprensa.

Sala das Sessões, em 13 de outubro de 1975.

a) WERNER WANDERER.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, requer à Mesa, após ouvido o plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de congratulações ao jornal "Gazeta do Povo" e à Telepar, pelo contrato firmado esta semana para a cobrança de anúncios classificados feito através o uso do aparelho telefônico, nas contas de telefone. O objetivo deste requerimento é elogiar duas organizações de serviço público que buscam, com a nova modalidade de prestação de serviços, facilitar os seus usuários.

Outrossim, requer que seja comunicada a decisão da Casa, às duas empresas.

Sala das Sessões, em 10 de outubro de 1975.

a) DOMINGOS SCARPELINI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este ao final subscreve, no uso de suas atribuições, regimentais requer à Mesa, após ouvido o plenário, se faça constar da ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de regozijo para com a TOYO SEN—I CO. Ltda. do Brasil, inaugurada no último sábado na cidade de Londrina.

Trata-se de uma indústria que se destina ao beneficiamento do rami, desde a dagomagem e alvejamento, até a produção de fios, tecelagem e estamparia.

Vale ressaltar que da produção paranaense, que atinge a 25 mil toneladas, é consumida em cerca de 70 a 80 por cento pela TOYO do Japão.

A implantação da TOYO SEN em Londrina não deve ser encarada apenas no aspecto econômico, mas sobretudo pelo aspecto social, face à mão de obra que vai absorver.

Por tais razões, requeremos esse voto de regozijo, na certeza de que a inauguração dessa indústria representa mais um marco de progresso para Londrina e para nosso Estado.

Requer outrossim que, da decisão desta Casa, se dê conhe-

cimento à Toyo Sen-I Co. Ltda. do Brasil.

Sala das Sessões, em 13 de outubro de 1975.

a) DÁCIO LEONEL.

# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, requer a V. Exa. que ouvido o plenário, seja endereçado apelo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Dr. Jayme Canet Júnior, no sentido de que seja estudada a viabilidade de participação dos empregados nos lucros das empresas de que o Estado detenha o controle acionário, de sorte a proporcionar melhores condições de vida a todos aos que a essas empresas prestam serviços na condição de empregado e, por essa forma, dando cumprimento ao que dispõe a Constituição Federal, no seu artigo 165, inciso V.

Sala das Sessões, em 13 de outubro de 1975.

a) LINEU TURRA.

# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, requer, ouvida a Casa, seja oficiado ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que determine seja efetuado o revestimento da estrada que liga a sede do município de Ipiranga à BR-277, em Uvaia.

Sala das Sessões, em 13 de outubro de 1975.

a) ALFREDO GULIN.

## JUSTIFICAÇÃO:—

Indiscutivelmente é muito importante para o escoamento da produção agrícola daquela região, a estrada que liga a sede do município de Ipiranga à BR-277 em Uvaia.

Entretanto, o tráfego nesse trecho fica totalmente impraticável, pois por ocasião de chuvas e barro é tão importante que torna impossível qualquer transporte por aquela estrada, o que isola esse município dos demais, ficando os moradores sem condições de comunicação com outras cidades, além de acarretar graves prejuízos econômicos à região, já que a sua produção fica parada aguardando a melhora do tempo, que como sabemos, em nosso Estado é bastante temperamental.

Assim sendo, nosso pedido é que o Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes, determine providências no sentido de que seja efetivado o revestimento naquela estrada, para que a economia desta região, não fique sujeita às intempérias do tempo.

Desta forma, solicitamos aos ilustres Pares, o devido apoio e consequente aprovação do presente.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra para falar no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Dácio Leonel, primeiro orador inscrito.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente me permitiria, desta tribuna, com muita satisfação e plenamente convencido de que traduzo aquilo que todos os Srs. Deputados também sentem, registrar o aniversário que hoje transcorre de um dos nossos eminentes pares desta Casa Legislativa, Waldenício Barbalho, um dos integrantes da Comissão de Constituição e Justiça. Permito-me, desta tribuna, transmitir a esse Deputado o nosso abraço e a nossa satisfação.

Gostaria, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de registrar que estivemos no último sábado na cidade de Londrina, município que, com muito orgulho, representamos nesta Casa de Leis e lá pudemos sentir a vibração de seu povo por ocasião da inauguração de uma grande indústria, a Toyo Sen-I do Japão que se instalou na Capital mundial do café. Essa indústria se destina ao beneficiamento do rami desde a degolagem e alvejamento até a produção de fios, e tecelagem bem como estamparia.

Indiscutivelmente, é uma conquista expressiva, não apenas para Londrina, mas também para a indústria brasileira. Sabemos que o Paraná produz cerca de 25 mil toneladas de rami e que na sua exportação ao Japão, cerca de 70 a 80 por cento é consumido exatamente pela Toyo do Japão e que hoje vem participar da economia brasileira. A sua presença em Londrina representa não apenas um marco expressivo no progresso e para a economia daquele município e do Paraná, mas também pelo seu aspecto social, pela mão de obra que vai absorver, dando assim, uma excelente contribuição.

É a razão porque, Sr. Presidente, encaminharemos à Mesa um requerimento solicitando um voto de regozijo pela inauguração em Londrina da Toyo Sen-I Co. Ltd. do Brasil.

Gostaria ainda, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de registrar que, também em Londrina, no último sábado teve um marco de pioneirismo quando, pela vez primeira, a Justiça Federal se deslocou para uma cidade do interior a fim de proceder a entrega de certificados de naturalização àqueles estrangeiros que optaram pelo Brasil, que os recebeu de braços abertos, para aqui, com tranquilidade e harmonia, construir suas vidas e as suas famílias.

No Fórum de Londrina no último sábado, com a presença do ilustre Juiz Federal Milton Luiz Pereira, teve lugar uma sessão solene, com o auditório completamente tomado, ocasião em que foram entregues algumas dezenas de certificados de naturalização aos novos brasileiros naturalizados.

Era o outro registro que, com muita alegria, gostaria e faço hoje da tribuna desta Casa.

Disse, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado, segundo orador inscrito.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Contra a nossa vontade, hoje daremos entrada a um requerimento pedindo informações ao Diretor Administrativo da Assembléia, com referência a inúmeras queixas e reclamações de funcionários deste Poder, que viram o seu restaurante, o seu bar exorbitar violentamente os preços dos alimentos que ali são servidos a estes funcionários, cujo aumento, foi por autorização do Sr. Diretor Administrativo.

Nós sabemos, compreendemos e entendemos que, nos dias de hoje os aumentos se fazem necessários, mas é preciso que respeitem e que não cheguem à violência, esses aumentos, porque os funcionários públicos estão recebendo tão pouco, estão recebendo vencimentos tão aviltantes que, se não encontrarmos meios de conter estes aumentos tão violentos principalmente nos alimentos, teremos que vê-los a morrerem de fome porque já estão sentindo este sacrifício.

O meu requerimento está vasado nos seguintes termos, formalizando as seguintes perguntas ao Sr. Diretor Administrativo desta Casa. (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso dos direitos que lhe são conferidos por Lei, e tendo em vista queixas e reclamações jusras oriundas daqueles que se servem dos serviços de bar e restaurante com funcionamento na Casa, requer: após ouvido o plenário, determine-se ao Sr. Diretor Geral da Administração em caráter urgente, a fornecer a este Parlamentar as seguintes informações:

1 — Quanto dispense os Concessionários do bar e restaurante instalado nesta Casa, para o pagamento das obrigações abaixo relacionadas:

- a - pagamento de água, luz e força.
- b - aluguel e outras taxas porventura estabelecidas.
- c - limpeza e manutenção do local.

I — Informe-se ainda, se os preços estabelecidos sobre as mercadorias ao consumidor são regulados, reajustados e fiscali-

zados pela SUNAB ou são de responsabilidade da Diretoria Geral

II - Se além dos aumentos constantes e amiúdes, o aumento recente na ordem de 60 por cento nos serviços de restaurante, elevando o prato, de Cr\$ 8,00 para Cr\$ 14,00, foi autorizado pela SUNAB ou pela Direção Administrativa da Assembléia.

III - No caso de autorização constante do item II, ter sido emanado da Direção Administrativa da Casa, fazer juntar justificativas fundamentadas em diploma legal, que o revestiu de direito líquido e certo para a concessão do aumento autorizado.

Sala das Sessões, em 13 de outubro de 1975.

a) LÚCIO MACHADO".

O SR. PRESIDENTE - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, terceiro orador inscrito.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo):

"Desnecessário ressaltar a valiosa missão da Imprensa.

Mas desnecessário não me parece exaltá-la como poderoso instrumento de preservação da Democracia.

Se a liberdade consiste em uma luta permanente por ela mesma, a democracia é uma luta para manter aberta a rede de canais de informação que permita a comunicação, que flua através deles com plena liberdade.

Se tal pressuposto sempre foi verdadeiro, ganha, no entanto, presentemente, maior densidade.

Malgrado as dificuldades conjunturais, tem a Imprensa brasileira sabido zelar por suas gloriosas tradições de lealdade à causa democrática e às grandes causas nacionais.

E ño Paraná outro não tem sido o comportamento da Imprensa e de seus homens, que igualmente ilustram as tradições brasileiras.

Por isso é o presente, para requerer, com o assentimento do plenário, manifeste esta Assembléia um voto de louvor ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado do Paraná, pela passagem do seu 30º aniversário.

Sala das Sessões, em 13 de outubro de 1975".

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Concedo a palavra no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, primeiro orador inscrito.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há tempos passados, nesta Casa, em outras legislaturas diversos Srs. Deputados preocupavam-se com o futuro da ecologia de nosso Estado e de nosso País.

Foi denunciado, nesta tribuna, em outro prédio que não este, por Deputados que já não fazem parte desta Casa, de que, realmente o Paraná, mais particularmente o nosso Estado, no contexto nacional, seria um marginalizado na ecologia, principalmente na avicultura do território nacional.

Reclamos foram feitos, medidas foram prometidas. Instituiu-se após a Revolução neste País, o instituto pelo qual teria a obrigação nata pela sua criação na defesa da fauna deste território e consequentemente, neste Estado, de um departamento deste mesmo órgão criado, de defender a fauna paranaense.

Hoje, somos deputados, encampamos a mesma tese do deputado Presidente desta Casa, Paulo Camargo, que em várias oportunidades manifestou-se em favor da ecologia em território paranaense.

Este instituto, após sua criação, nada mais fez, a não ser emolumentos fiscais para esta ou aquela atividade vinculada ao seu departamento, ao seu instituto.

Mas, recentemente foi, e agora aí está uma das últimas medidas tomadas por este instituto, no qual consta, que para fazer com que a ecologia não seja dizimada neste Estado, proibiu-se o abate por parte dos caçadores amadores deste Estado.

Tese esta, totalmente absoleta que só partiria de alguém

que não tem capacidade técnica, a capacidade de trabalho, para dirigir um importante órgão de fiscalização federal no que concerne à defesa da fauna brasileira. E não chegou aí, aimpureza da medida, recentemente este mesmo departamento, este mesmo órgão capacitado pela sua demonstração durante esses anos de vivência, baixa agora uma outra portaria, autuando os proprietários de aves que têm em suas casas, a sabiá, o curió, enfim, ainda a única reserva da fauna, que não está exposta àquilo que nós iremos denunciar aos Srs. Deputados, a esta Presidência e aos olhos dos que não enxergam, daquele instituto, e aos ouvidos do Sr. Diretor que não ouve nada.

O que mata a ecologia, o que faz com que a fauna paranaense e brasileira seja dizimada, são os inseticidas agrícolas usados pelos agricultores deste Estado.

Deveria aquele órgão federal se preocupar, principalmente, com o conteúdo das substâncias químicas, dos defensivos da lavoura. Ali está a prova, pela qual dezenas, milhares, centenas de milhares de aves estão se dizimando por culpa exclusiva do Governo Federal, através deste órgão incapacitado, porque pensa ele que os caçadores amadores, que aqueles brasileiros que gostam de ter suas sabiás em suas gaiolas, são os que estão dizimando a espécie dos passarinhos.

Incapacitada, provada com argumentos, provada e com provas substanciosas, extraídas de todos os territórios por onde nós temos a condição de ler. Temos nos Estados Unidos o nosso exemplo, um dos países mais adiantados onde a cultura destes animais silvestres, o próprio falcão americano têm em suas residências, os americanos, além daquilo que lhe é direito por Lei, têm ainda assistência do governo, que cria em seus aviários aqueles espécimes, e doa aos americanos para terem em suas casas, em seus viveiros, o falcão americano.

Aquí no Brasil, em vez deste instituto se preocupar em fazer reservas florestais, em fazer viveiros para nossa fauna já dizimada, o que faz? Proíbe a caça no Estado e manda autuar quem tem passarinhos em gaiolas.

Nós que vivemos e participamos, e creio que a maioria desta Casa participa de uma vida comum em benefício da fauna paranaense e brasileira, vemos a inoperância do instituto também com relação a fauna de nossos rios. Em vez de se preocupar o instituto na defesa dos peixes, faz com que um órgão que lhe é subordinado mande apreender as varas daqueles paupérrimos pescadores que vão pescar para seu sustento. E ainda exige uma carteirainha por porte de vara para a pesca.

No Paraná, em suas áreas onde temos nosso domicílio eleitoral, estamos vendo que cada dia que passa, o Governo em vez de tomar medidas contra quem não faz o mal, deveria partir para as fábricas de inseticidas, para as composições químicas, onde está o principal elemento que dizima as espécies.

É assim que fazem outros países como Alemanha, França, Itália, Estados Unidos, na composição química de seus defensivos agrícolas em que está, acima de tudo, a preservação da fauna que é a maior riqueza de qualquer País.

Infelizmente no Brasil, onde a vontade do Governo Federal, onde a vontade do Governo Estadual deveria dar exemplo, este Instituto de Desenvolvimento Florestal faz com que a cada dia a administração pública deste País fique desacreditada no sentido de defesa da fauna.

Neste plenário temos companheiros que têm a felicidade de viver em contato com a natureza nos dias dedicados ao lazer. Mas hoje, tanto nesta Capital como em qualquer cidade deste Estado, é difícil encontramos passarinhos como há pouco tempo atrás.

Aí está o que queria levar, através de uma cópia deste pronunciamento, ao Presidente deste Instituto, a respeito desta medida errada recentemente tomada. Em Ponta Grossa, um órgão subordinado a este Instituto, percorreu as residências de companheiros e amigos nossos e de David Federmann, multando aqueles senhores proprietários de passarinhos em gaiolas, pensando

eles que estarão cumprindo uma lei em benefício e principalmente em defesa da fauna paranaense e brasileira.

Infelizmente, quem cumpre a lei não tem a capacidade e, principalmente o tirocínio de analisar a lei, mas nós que somos legisladores que, infelizmente, o nosso alcance de legislar neste campo é diminuto, mas fica o nosso protesto, fica registrado neste Estado do Paraná algumas falhas em termos legais, e que a maior defesa da fauna brasileira se faz nas composições químicas, inseticidas agrícolas e nunca em medida proibitiva, em medida como está sendo tomada, arbitrariamente às vezes, porque são no aconchego dos lares, lá está a fiscalização que deveria estar no fabrico daquilo que é realmente o inimigo número um da fauna brasileira e paranaense. Queremos analisar, e que fosse enviada cópia deste nosso pronunciamento ao Presidente do Instituto para que S. Exa. tenha aquilo que foi imposto, falado diversas vezes, centenas, milhares de vezes que não são os pescadores amadores, que não são os caçadores amadores deste território, são isto sim, as composições químicas dos inseticidas agrícolas implantados neste território o principal inimigo que está dizimando aquilo que é caro a qualquer pátria, a sua fauna.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Eu ouvi com atenção o seu pronunciamento e gostaria, nesta oportunidade, de me solidarizar com V. Exa. porque muito labutei em saneamento na minha vida profissional e senti de perto de que o grande problema da dizimação da flora e da fauna é a falta de controle sanitário, da aplicação dosada e controlada de inseticida e mesmo de certo tipo de corretivo de soda. Isto por um lado do pronunciamento de V. Exa. e quero também juntar-me às suas palavras as minhas quando V. Exa. se referiu ao comportamento que se tem dado no que tange aos critérios de fiscalização daquilo que se pode dizer organização da proteção da flora e da fauna, porque na realidade não seria evitado que apaixonados, verdadeiros apaixonados, eu digo, continuam tendo em suas casas o seu canário, o seu sabiá, o seu curió, porque eu entendo até pelo contrário. Estes são os reais defensores da flora e da fauna, porque existem espécies que já não mais encontramos "in natura", e que encontramos em pequenos parques residenciais. Eu, há muito tempo, nobre Deputado, quero fazer um pronunciamento a respeito da matéria, porque eu presenciei na APLUB, na Cia. de Mineração de Adrianópolis, onde existia uma verdadeira coleção altamente zelada e até com preservação de animais selvagens, por conta da companhia, e que foi por força da lei no meu entendimento — também mal aplicada obrigada a extinguir, com doações e até soltando animais selvagens, para na esquina seguinte serem devolvidos, pois que muitos ali haviam nascido.

Entendo como V. Exa. e faço este aparte com a devida vênia, porque essa era a matéria sobre a qual faria um pronunciamento, ainda no dia de hoje. Mas cito, reforçando o pronunciamento de V. Exa. que, com esse projeto não conseguiremos preservar nossa fauna e flora. Essa é uma matéria sensível aos olhos daqueles que convivem com o povo, e que vêem, tecnicamente mesmo. O problema é de fácil solução e apenas falta de sentarmos numa mesa redonda, trocarmos idéias, não aplicarmos leis já superadas nem transportarmos, transladar, códigos de uma região do Brasil para outra. O Paraná é o Paraná, para todos os efeitos. Paraná sofrido, mas Paraná. E haveremos de, juntas as duas bancadas, analisar problemas de grandiosidade deste que V. Exa. traz a Casa, nesta tarde, para que cheguemos a uma solução melhor para minorar o problema.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Agradeço o aparte do ilustre colega e amigo Deputado Quielse Crisóstomo, que nos trouxe a lembrança que, nos rios que circundam o município de Ponta Grossa, mais particularmente o rio Tibagi, que até antes da fase de industrialização porque passa a Princesa dos Campos, tínhamos um dos melhores recantos da fauna e flora dos rios

paranaenses.

Hoje, devido aquela industrialização, as suas margens foram devastadas para dali extrair areia. Os peixes, consequentemente, pelos resíduos industriais que não são tratados e ali são depositados, estão desaparecendo a cada dia daqueles limites.

Hoje, nesta Casa, pretendemos com esse nosso pronunciamento, referendar a posição muito bem colocada em relação ao Parque do Marumbi, a ser instituído neste Estado.

Pelo aparte que recebemos, vimos que realmente alguma coisa concreta, objetiva e principalmente salutar à família paranaense, deve ser feita, antes de ser tomada uma medida. A vista abalisada do Deputado já anteviu que aquela área destinada àquele Parque não é a melhor ou a mais viável, para que realmente aquele projeto instituído no papel seja na prática concretizado.

Temos no Brasil planejadores ótimos, projetos do Governo Federal em alta escala e em alto padrão, mas é preciso que os departamentos subordinados à administração caminhem realmente com o que está transcrito na lei e nos papéis. Infelizmente na prática, na elaboração de leis e projetos, isto não ocorre. Antecipadamente vemos, com o conhecimento do assunto que tem o Deputado Quielse Crisóstomo, que realmente aquela parte da área destinada ao Parque Marumbi não é a mais condizente com aquilo que o projeto quer trazer ao Paraná, em defesa da fauna e flora do Estado.

Fica portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, registrado que nesta Casa alguém, com boa vontade, alertou em tempo a esse Governo que aí está, para que as gerações do dia de amanhã tenham o testemunho dos Anais desta Casa, que mesmo se antecipando a instalação do Parque Marumbi, esta Assembléia fez com que aqui fosse transcrito e ficasse no papel — onde não se esquece — que realmente os governantes desta época não se interessaram pela defesa da flora e da fauna paranaense e brasileira.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Wilson Fortes. — (Ausente).

Não se encontrando presente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Edilson Alencar. — (Ausente).

Não se encontrando presente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Muggiati Filho, inscrito.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A fim de que nos Anais desta Casa fique registrada a posição do MDB de cunho nacional e adotada pelo MDB em nosso e em todos os Estados, e, ainda, como uma homenagem à Constituição brasileira, especialmente em seu Art. 169, que reza:

"A pesquisa e a lavra de petróleo em território nacional, constituem monopólio da União nos termos da Lei", vou passar à leitura da Nota Oficial de nosso Partido, lida no Congresso Nacional pelos líderes da Oposição, Laerte Vieira e Franco Montoro.

(Lendo): "O Governo, que tudo pode, que tem em suas mãos poderes iguais aos que tiveram os governos mais fortes de nossa história, dirigiu-se à Nação, através de seu chefe, o Exmo. Sr. Presidente da República, para expor a grave situação econômica em que se encontra o País, e anunciar as medidas que lhe pareceram adequadas à hora presente.

A Oposição sente-se no dever de vir também a público oferecer sua visão dos fatos e sua opinião sobre os meios de superá-los.

Os abalos do mercado financeiro mundial prenunciavam a depressão econômica já no fim da década de sessenta. A crise da libra e a crise do franco foram os primeiros sintomas. Já em 1971, a crise do dólar não podia deixar mais dúvidas de que algo de grave no mundo financeiro estava por acontecer. No ano seguinte, os países produtores de petróleo iniciavam seus entendimentos e, em 1973, explodiam os preços ditados pela OPEP.

A um governo previdente e responsável não era difícil

perceber que os termos exigiam a deflagração de grandes projetos na linha de substituição de importações. As oportunidades a explorar eram excelente, desde das vocações naturais localizadas na indústria siderúrgica, na fabricação de papel e celulose e na produção de fertilizantes, até as perspectivas menos fáceis, mas potencialmente muito mais ricas relativas à indústria de máquinas e equipamentos pesados, cujo mercado interno crescia em ritmo bastante acentuado.

As oportunidades eram excelentes e a mobilização de recursos não teria sido difícil, já que a economia nacional crescia a taxas substancialmente elevadas, a custa de grandes sacrifícios para o povo e grandes benefícios para os ricos.

Era a hora própria de lançar esses grandes projetos que hoje nos teriam livrado da absurda importação de mais de um bilhão de dólares de aço e de mais de quatro bilhões em máquinas e equipamentos no corrente ano.

Mas nos meios fazendários zombava-se da previsão e do planejamento, alcunhados de futurologia insensata. O pragmatismo imediatista, era a palavra de ordem. Substituição de importações será considerada heresia. "A solução era exportar".

E os grandes projetos foram psotos de lado. Optou-se por investir na indústria automobilística e na construção de estradas e pontes faraônicas, enquanto o pequeno grupo de privilegiados, enriquecido sob a proteção dos chamados incentivos à poupança entregava-se a um consumismo de luxo jamais visto e as atividades especulativas nunca foram tão febricitantes.

A Oposição tudo denunciava com vigor e seu protesto se perdia no abafamento da censura. Tudo o que vinha à luz eram as maravilhas do chamado "milagre brasileiro".

No que concerne ao petróleo, a prioridade da prospecção em Território Nacional era relegada a segundo plano, com os recursos da Petrobrás desviados para outras atividades e para pesquisas em outros países. Nova falsa vitória do pragmatismo imediatista.

Mas não era só o imediatismo que marcava a política econômica oficial. O engodo era outro componente de relevo e sustentação da mitologia dos 12 por cento da inflação em 73, contra a toda claridade dos fatos reais deixava a população estar recida e indefesa.

Já em 74, a situação econômica nacional se agravava com evidencia cada vez mais gritante. A Oposição apontava o crescimento alarmante do nosso endividamento externo, mas os tecnocratas do Governo respondiam ao senso comum com a pretensa superioridade científica dos coeficientes de vulnerabilidade que demonstravam a tranquilidade de um quadro sob absoluto controle.

Passado tanto tempo, perdas tantas oportunidades, acumulados tantos erros, a gravidade dos problemas finalmente veio à tona com uma nitidez indistigável. E, então, tudo passou a ser justificado pela crise internacional, pelo aumento do preço do petróleo.

O descontentamento nacional cristalizou-se na vitória eleitoral da Oposição há quase um ano.

Estimulado pelo clima de liberdade de campanha, pelo acatamento democrático dos resultados e pelo relaxamento da censura à imprensa, o MDB dispôs-se para contribuir ao desarmamento dos espíritos, dedicando-se à crítica construtiva, discutindo o presente e o futuro e operando ao livre debate sugestões completas para as principais questões no campo político, econômico e social.

Há muito que o Congresso Nacional não era palco de tão sérios e promissores debates como os que se vêem travando nas suas duas casas, durante os últimos tempos.

Não tema específico de energia e do petróleo, o MDB defendeu medidas de contenção do consumo de gasolina, como instrumento de emergência capaz de estacionar por um dois anos o nível de gasto interno deste combustível até a chegada dos primeiros reforços vindos da produção de álcool e dos cam-

pos de petróleo recém-descobertos pela Petrobrás. Ao contrário do que foi dito, trata-se de medida sem maior complexidade, adotada em grande número de outros países com resultados bastante significativos, que sem os efeitos cruéis sobre o custo de vida que certamente resultarão do elevado aumento de 25 por cento decidido pelo Governo.

Ainda nesse mesmo campo, o MDB propugnou pelo imediato lançamento de um programa de produção de álcool anidro em larga escala, que constitui a mais rica de efeitos dentre todas alternativas, seja pelo custo mais baixo deste carburante em relação à galosina, seja pelo volume de empregos que pode oferecer e pelas consequências dinamizadoras que terá sobre a economia e o mercado interno, seja pelas extraordinárias possibilidades que oferece ao desenvolvimento do Nordeste, seja ainda pelas perspectivas que abre à criação de uma tecnologia verdadeiramente brasileira que poderia levar a longo prazo, até a substituição quase completa da gasolina.

Agora o País recebe a notícia da decisão referente a esse programa com a vaga esperança de que o dinamismo de sua implementação possa, pelo menos em parte, compensar o inexplicável atraso de um ano no seu lançamento.

As restrições à importação de bens supérfluos sempre foram pedidas pelo MDB, assim como a diminuição dos gastos em viagens de turismo externo, que não foram tocados pelas últimas medidas governamentais".

Quanto à compressa das importações, o MDB, não compreende as razões pelas quais a mesma medida não foi aplicada às multinacionais, conhecido que é o peso que têm essas companhias na composição do "deficit" da nossa balança comercial com o exterior.

E ainda no plano das importações considera o MDB que o item que, muito mais do que o petróleo, tende a estrangular o nosso balanço de pagamentos e obstaculizar nosso desenvolvimento, é o que se refere a máquinas e equipamentos, que tem a ele vinculada a grande barreira e vencer por parte de todos os países que aspiram a romper o subdesenvolvimento que é o problema de tecnologia. E, no particular, nesse importante campo, forçoso é reconhecer a timidez da ação governamental, a falta de medidas realmente eficazes, o atraso de iniciativas que há alguns anos já deveriam ter sido tomadas.

Do lado das exportações, o MDB, embora sentindo o exagero do acúmulo de incentivos fiscais e financeiros, que representa altíssimo custo para a Nação, reconhece a sua necessidade ante a realidade a que chegamos, mas lamenta também a inibição do Governo no que respeita à criação de uma grande empresa "trading" nacional, capaz de ampliar nossos mercados, com maior agressividade e melhores informações.

Entretanto, no tocante à questão dos contratos de risco que o espanto e a estranheza se abateram sobre a Oposição, como de resto sobre toda a Nação, com o anúncio da decisão governamental que fere o princípio nacional do monopólio estatal.

Estranheza ante a demonstração de despreço pelos líderes do próprio partido oficial no Congresso, que até a véspera, junto com a Oposição, combatiam a medida e afirmavam que o Governo não cogitava a sua adoção.

Estranheza ante a rapidez com que a decisão foi tomada em círculo tão restrito que não contou nem mesmo com a participação daqueles líderes tão leais, sendo essa decisão tão importante e repleta de consequências políticas, na medida em que atinge a empresa que constitui o símbolo da soberania nacional no campo econômico mais caro ao povo brasileiro e mais denso de significação histórica.

Estranheza ainda maior pela evidência da desnecessidade da alteração imposta à Petrobrás, ressaltada na própria exposição do Sr. Presidente da República, quando reconhece que a curto prazo os contratos de risco são inócuos e a médio e longo prazos e exploração dos novos campos já detectados a produção

e a mistura de álcool anidro, a exploração do xisto betuminoso, a intensificação do uso de outras formas de energia e os efeitos da substituição de importações de equipamentos, trigo e matérias primas diversas, bem como o desenvolvimento dos transportes coletivos, terão reduzido a gravidade do problema do petróleo a dimensões muitas vezes menores do que as atuais, mesmo que novos campos não venham a ser descobertos no País, até pelo menos a década dos oitenta.

Cotejados os fatos e os argumentos, salta aos olhos a evidência de que, na origem da decisão governamental, há outras razões não declaradas.

A recente visita do Ministro da Fazenda aos Estados Unidos e a alegação por ele feita na reunião do Ministério, da importância dos contratos de risco para manutenção da creditabilidade do Brasil no exterior, a inesperada vinda do Embaixador Roberto Campos poucos dias antes, a rapidez injustificável a todo o clima de pressão de desinformação que cercou a mudança de rumo da Petrobrás, deixam entrever todo o jogo de forças que atuou no episódio.

A estranheza e a perplexidade, que decorrem do episódio, o MDB não pode deixar de manifestar colocando contra os contratos de risco o seu repúdio frontal, com uma veemência e que com toda a certeza é hoje de todo o povo brasileiro.

Não obstante tudo isso, apesar dessa nova desilusão política, que prometia a normalização institucional do País, o MDB prossegue sem desalento, na defesa dos seus ideais democráticos e dos princípios contidos no seu programa, entre os quais se destaca a intocabilidade do monopólio estatal do petróleo, sem perder o ânimo nem a disposição de contribuir para a solução dos problemas graves que a todos nos afligem, e a todos interessa ultrapassar, com seriedade e sem objetivos de dividendos de natureza político-partidários".

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao nobre Deputado Del Ciel. — (Ausente).

Não se encontrando no plenário, concedo a palavra ao Deputado Trajano Bastos. (Pausa). Estando ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Valter Pietrângelo. (Pausa). Não se encontrando no plenário, tem a palavra o Sr. Deputado Nilso Sguarezi. (Pausa). Não se encontrando no plenário, concedo a palavra ao Sr. Deputado Accioly Neto. (Pausa). Estando ausente o Sr. Deputado Accioly Neto, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lineu Turra. (Pausa). Não se achando no plenário, concedo a palavra ao nobre Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Eu declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 34 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 59/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 112/75, que aprova o Termo Aditivo ao Acordo nº 01/75, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, a Superintendência da Região Sul — SUDESUL e o Departamento Nacional de Obras e Saneamento — DNOS, objetivando a instalação da Secretaria Técnica do Conselho Diretor do Projeto Noroeste do Paraná. Parecer favorável da CCJ. — Em Discussão.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — (Pela Ordem). Sr. Presidente, solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados, para verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa solicita ao Sr. 1º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

Responderam a chamada 29 Srs. Deputados. Há quorum para prosseguimento da sessão e conseqüente votação.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 59/75. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 64/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 125/75, que aprova o Termo Aditivo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com o município de Marechal Cândido Rondon, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 86/74, de autoria do Deputado Igo Iwant Losso, que declara de Utilidade Pública, a Associação Evangélica Transmundial, com sede na cidade de Campo Mourão. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 96/75, de autoria do Deputado David Federmann, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Espírita Francisco de Assis de Amparo aos Necessitados, com sede na cidade de Ponta Grossa. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 65/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 127/75, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e o município de Nova Londrina, objetivando a execução de melhorias no prédio onde funciona o Grupo Escolar Arthur Bernardes. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 66/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 128/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Itapejara do Oeste, objetivando a execução de melhorias no prédio onde funciona o Grupo Escolar Humberto de Alencar Castelo Branco. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 90/75, de autoria do Deputado Wilson Fortes, que declara de Utilidade Pública, a Comunidade Carmelitana da cidade de Paranavaí. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado.**

## PROJETO DE LEI Nº 90/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — É declarada de utilidade pública a Comunidade Carmelitana de Paranavaí.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em de junho de 1975.

a) WILSON FORTES

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende, com o presente plano de lei, seja declarada de utilidade pública, preenche todos os requisitos legais exigidos para esse reconhecimento. Presta desinteressadamente serviços relevantes à coletividade, não tem qualquer finalidade lucrativa; os seus Diretores não são remunerados e não há qualquer distribuição de lucros ou dividendos aos associados.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 90/75

O Projeto de Lei nº 90/75, de autoria do Deputado Wilson Fortes, visa declarar de utilidade pública a Comunidade Carmelitana da cidade de Paranavaí.

Da análise na documentação que acompanha o presente



processo, deparamos que a referida entidade preenche os requisitos exigidos pela Legislação reguladora da matéria.

Assim sendo, o nosso parecer é favorável ao Projeto de Lei nº 90/75, opinando-se pela sua aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 10 de setembro de 1975.

- a) ACCIOLY NETO — Presidente  
a) ADALBERTO DAROS — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 95/75, de autoria do Deputado Ivan Santos Rüppel, que declara de Utilidade Pública o Asilo São Vicente de Paulo, com sede e foro na cidade de Cambará. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI Nº 95/75

A Assembléia Legislativa do Estado do PARANÁ

#### DECRETA:

Art. 1º — Fica declarado de utilidade pública o ASILO SÃO VICENTE DE PAULO, com sede e foro na cidade de Cambará.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de agosto de 1975.

- a) IVAN RUPPEL

#### JUSTIFICATIVA:

A Sociedade que se pretende seja declarada de utilidade pública é sem dúvida merecedora do título, pois vem trabalhando há mais de 8 anos no amparo moral e material das famílias menos favorecidas do município de Cambará. É uma entidade que não visando fins econômicos, tem caráter filantrópico-beneficente e tem seu fim precípuo, o amparo à velhice, Seus Diretores não recebem remuneração a qualquer título, portanto o Asilo São Vicente de Paulo tem todas as condições de receber o apoio de meus nobres pares.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 95/75

O presente Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado Ivan Rüppel, tem por objetivo declarar de utilidade pública o Asilo de São Vicente de Paulo, com sede e foro na cidade de Cambará.

Analisando-se a documentação que acompanha o presente processo, temos que a mesma se encontra de acordo com a legislação reguladora da matéria.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10 de setembro de 1975.

- a) ACCIOLY NETO — Presidente  
a) ADALBERTO DAROS — Relator

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado pedido de informações ao Sr. Diretor Geral da Administração desta Casa, referente ao serviço do Bar e Restaurante em funcionamento nesta Casa. — **A Comissão Executiva.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela inauguração em Londrina da Toyo Sen-I Co. Ltd. do Brasil. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, lido da tribuna, solicitando voto de louvor ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado do Paraná pela passagem do seu 30º aniversário. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando voto de louvor ao jornal "Gazeta do Povo", pela constante preocupação de melhorias implantadas neste órgão de imprensa. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao jornal "Gazeta do Povo", e à TELEPAR, pelo contrato firmado, esta semana para a cobrança de anúncios classificados, feito através o uso do aparelho telefônico, nas contas de telefone. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que seja efetuado o revestimento da estrada que liga a sede do município de Ipiranga à BR-277, em Uvaia. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Gnoato, constante do expediente, solicitando voto de louvor ao Cardeal Arcebispo de Porto Alegre Dom Vicente Scherer, pela coragem de seu pronunciamento contra a Loteca e Zooteca. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando seja endereçado apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que seja estudada a viabilidade de participação dos empregados nos lucros das empresas de que o Estado detenha o controle acionário. — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 14, terça-feira, à hora regimental com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nºs 65/75 e 66/75.

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 90/75 e 95/75.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 67/75.

Levanta-se a sessão.